

NOTAS ECONÓMICAS

14

**COLÓQUIO INTERNACIONAL
O ENDIVIDAMENTO DOS CONSUMIDORES
ACTAS**

REVISTA DA FACULDADE DE ECONOMIA DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

O estado da situação e as opções em Portugal: o ponto de vista do sector bancário

Filipe Pinhal Associação Portuguesa de Bancos

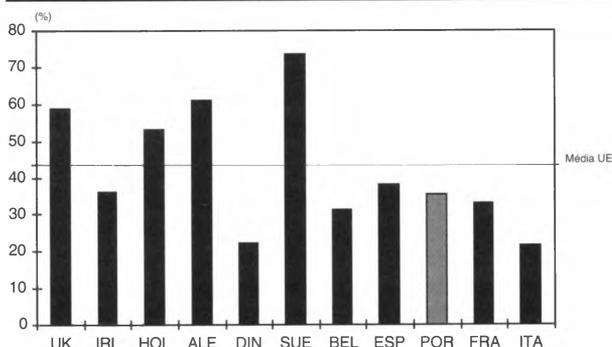


1. O estado da situação

Apesar do crescimento expressivo do crédito a particulares ao longo da última década, o grau de endividamento das famílias em Portugal mantém-se em níveis inferiores aos registados nos países mais desenvolvidos da União Europeia.

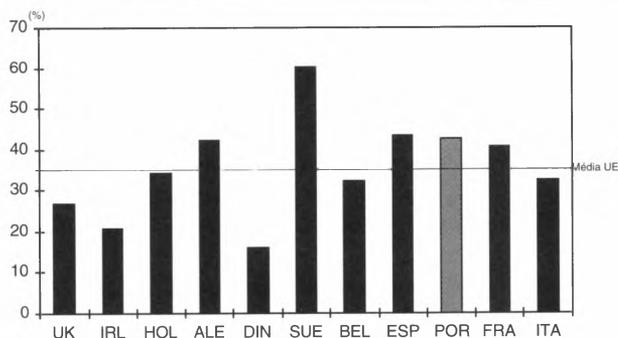
O ritmo de expansão do crédito a particulares, em Portugal, foi semelhante ao de outros países em que se registaram processos de liberalização do sistema financeiro, forte crescimento económico e descidas pronunciadas das taxas de juro (Irlanda, Suécia, Espanha).

Gráfico 1 – Crédito a particulares em % do PIB (1997)



A importância relativa do crédito a particulares no sistema bancário português é semelhante à observada em Espanha, França e Itália, não revelando uma concentração excessiva de riscos de crédito junto das famílias.

Gráfico 2 – Crédito a particulares em % do crédito total (1997)

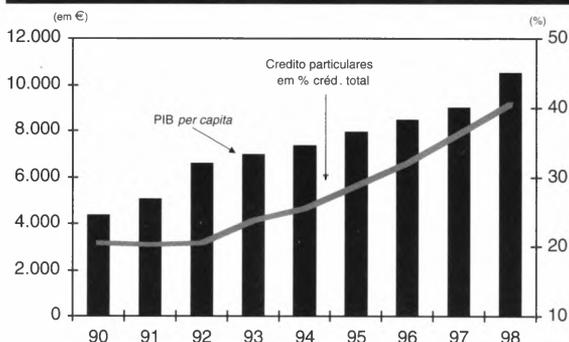


O crescimento do crédito a particulares e, em especial, da sua proporção no total do crédito interno, denota uma forte correlação com a expansão do PIB per capita, sugerindo alterações estruturais da procura (maior grau de sofisticação dos clientes, maior preferência relativa por



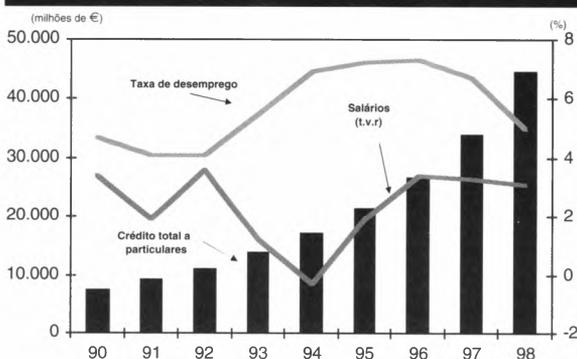
consumo presente face ao consumo futuro, melhoria da confiança das famílias), bem como do lado da oferta (percepção por parte das instituições de crédito de menor risco de incumprimento, alargamento do mercado por via da inovação financeira, dos novos canais de distribuição e das campanhas promocionais e a redução do preço decorrente da intensificação da concorrência e descida da taxa de inflação).

Gráfico 3 – Crédito a particulares vs PIB per capita



A evolução do crédito a particulares nos últimos anos acompanhou directamente as condições do mercado de trabalho, verificando-se fases de maior dinamismo nos períodos caracterizados pela quebra da taxa de desemprego e pela melhoria dos salários reais.

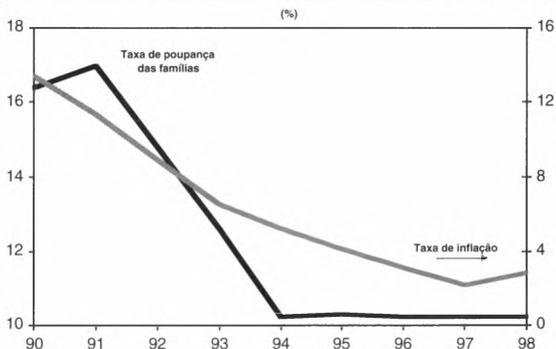
Gráfico 4 – Crédito a particulares vs mercado de trabalho



A taxa de poupança das famílias registou uma forte tendência decrescente ao longo dos anos noventa, acompanhando a redução da taxa de inflação; a redução da taxa de poupança terá resultado do impacto conjugado de:

- alargamento das opções de consumo com a concretização do Mercado Único Europeu;
- quebra das taxas de juro reais das aplicações de aforro tradicionais;
- diminuição da ilusão monetária associada à descida da taxa de inflação;
- melhoria das condições no mercado de trabalho e das expectativas de rendimento futuro;
- flexibilização das condições de financiamento de particulares.

Gráfico 5 – Taxa de poupança das famílias e taxa de inflação



Em contraste com a forte correlação entre o crédito a particulares e o nível de actividade, o crédito a empresas apresenta um claro desfasamento temporal relativamente ao PIB, o que poderá decorrer do maior prazo exigido para a tomada de decisões de investimento empresarial e da maior sensibilidade das condições de financiamento das empresas ao ciclo económico.

Gráfico 6 – Crédito a empresas não financeiras

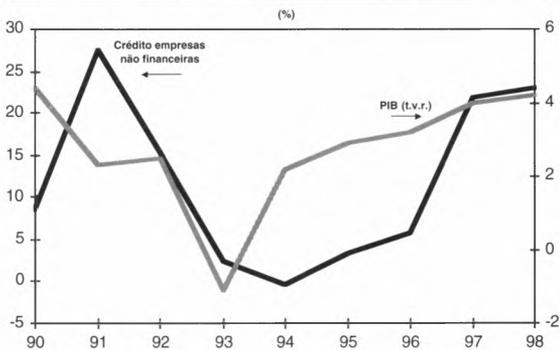
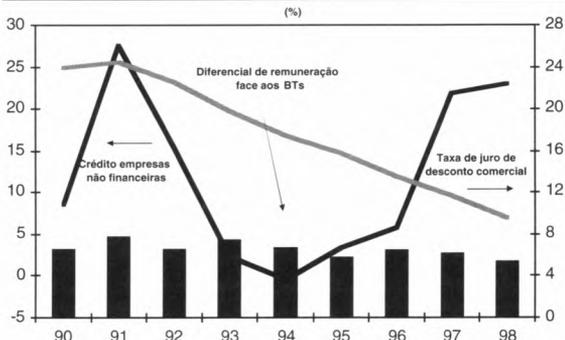


Gráfico 7 – Crédito a empresas não financeiras

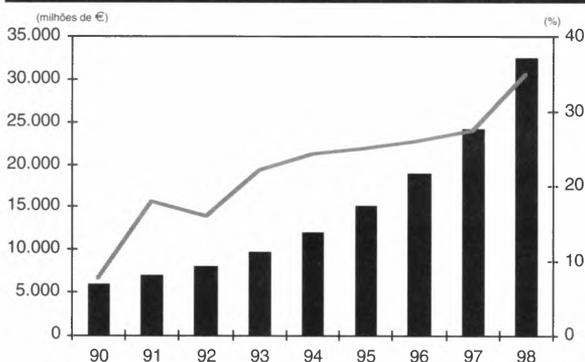




Apesar do impacto favorável ao nível da rentabilidade dos projectos de investimento e dos resultados financeiros das empresas, a redução das taxas de juro (de 24% em 1991 para cerca de 8% em 1998, nas operações de desconto comercial a 91 dias) não terá estimulado fortemente a procura de crédito por parte de empresas não financeiras.

O crédito à habitação tem revelado uma tendência sustentada de aceleração desde o início da década, o que denota o impacto, em diversas fases, de factores com forte impacto: a *destatização* do crédito imobiliário (90-92), a atractividade dos preços no segmento de habitação (93-94), a entrada no mercado de novos operadores e a intensificação da concorrência no regime geral (95-96), a descida expressiva das taxas de juro, a generalização do crédito bonificado e a melhoria da conjuntura económica (97-98).

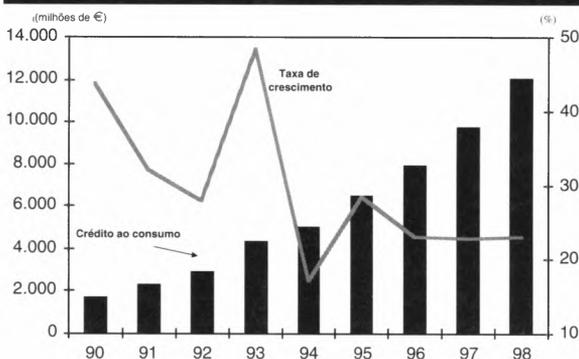
Gráfico 8 – Crédito à habitação



O perfil de evolução do crédito ao consumo tem sido muito mais irregular e com um maior grau de correlação com a actividade económica, o que poderá decorrer quer da natureza distinta dos factores determinantes do recurso ao crédito ao consumo e à habitação, quer das características diferenciadas das garantias associadas, quer da possibilidade de acesso a alternativas de financiamento para a aquisição de bens de consumo.

Após a descida ocorrida entre 1990-93 decorrente da flexibilização das condições de financiamento do crédito a particulares para outros fins, a proporção do crédito para aquisição de

Gráfico 9 – Crédito ao consumo

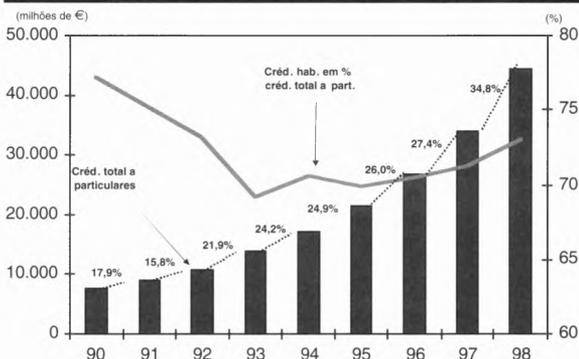


habitação tem registado um crescimento sustentado, situando-se em cerca de 73% do crédito a particulares em 1998.

A elevada proporção do crédito imobiliário denota que o endividamento dos particulares tem sido motivado por fins sociais (habitação própria), que o funcionamento deficiente do mercado de habitação não permite obviar, bem como por argumentos como a minimização das despesas (evolução favorável do diferencial entre a prestação do empréstimo e a renda) e o investimento a longo prazo (o excesso entre o valor patrimonial do imóvel e o capital em dívida constitui o principal património de numerosas famílias).

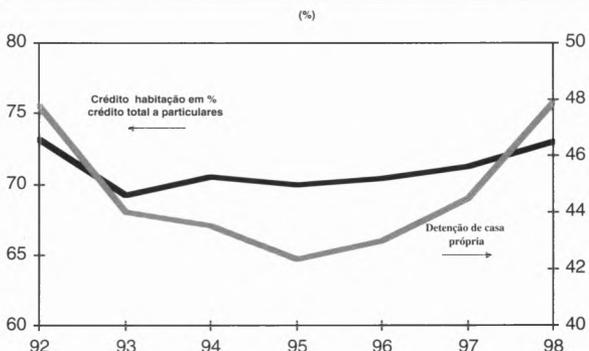


Gráfico 10 – Crédito à habitação vs Crédito total a particulares



O crescimento do crédito à habitação terá sido o principal determinante do aumento da proporção de famílias que detêm casa própria (48% em 1998), o que constitui uma medida inequívoca de desenvolvimento sócio-económico. Por outro lado, a disponibilidade de financiamento terá também concorrido decisivamente para o aumento expressivo dos indivíduos que dispõem de uma segunda habitação e para a aquisição e recuperação de imóveis degradados ou devolutos nos principais centros urbanos.

Gráfico 11 – Crédito à habitação vs detenção de casa própria

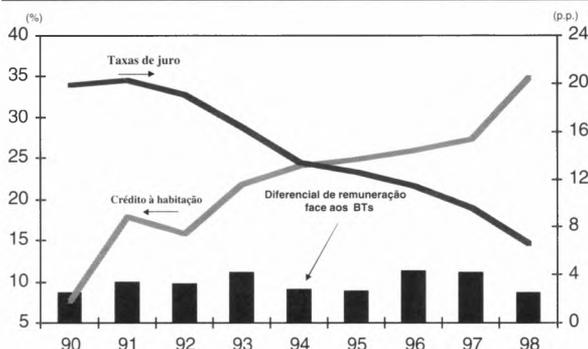


A intensificação da concorrência entre os principais grupos financeiros no negócio de crédito imobiliário contribuiu para que ao benefício decorrente da descida das taxas de juro dos principais indexantes acrescesse uma redução acentuada do diferencial de remuneração exigido relativamente a aplicações sem risco.



Comparando os *spreads* em 1997-98 com os níveis observados ao longo da década, constata-se que não existe uma ruptura no comportamento de *pricing* praticado pelos bancos portugueses, nem se detectam sinais de um estímulo excessivo ao endividamento das famílias através da agressividade das condições de *pricing*.

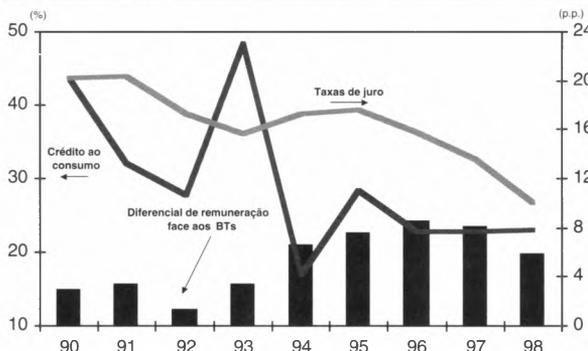
Gráfico 12 – Crédito à habitação e taxas de juro



A análise da evolução das taxas de juro praticadas nas operações de crédito ao consumo confirma que após a melhoria dos *spreads* alcançada entre 1992 e 1994 — o que revela que os bancos terão adoptado estratégias de prudência na concessão de crédito ao consumo na sequência da suspensão do imposto de selo — os *spreads* terão estabilizado até 1997 em níveis próximos de 8 pontos percentuais, registando-se um ligeiro estreitamento apenas em 1998.

O comportamento do volume e dos *spreads* do crédito ao consumo reflecte que os bancos não terão utilizado agressivamente o preço para conquistar quota de mercado ou para induzir os clientes a obter financiamento; por outro lado, o diferencial entre os *spreads* do crédito ao consumo e à habitação traduz as diferentes probabilidades de incumprimento e garantia associadas.

Gráfico 13 – Crédito ao consumo e taxas de juro

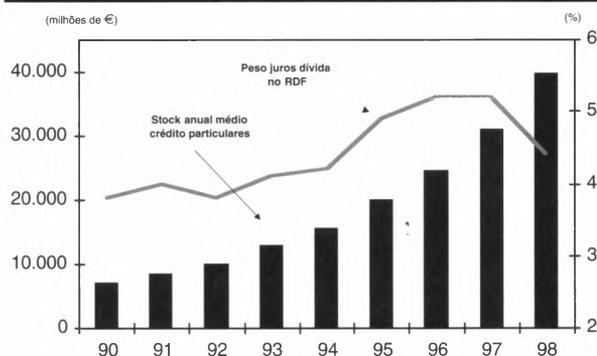


Em contraste com o crescimento sustentado do volume de crédito, estima-se que os juros da dívida tenham representado uma proporção relativamente estável correspondente a cerca de 4%-5% do rendimento disponível das famílias, em termos médios (os impostos directos e as

contribuições sociais absorvem actualmente cerca de 28% do rendimento das famílias). Embora seja notório o impacto da descida das taxas de juro na capacidade de endividamento dos particulares, o grau comparativamente inferior de endividamento das famílias portuguesas e a valorização dos patrimónios adquiridos com recurso ao crédito sugerem que uma eventual subida das taxas de juro poderá não se repercutir numa evolução preocupante do crédito não regularizado.

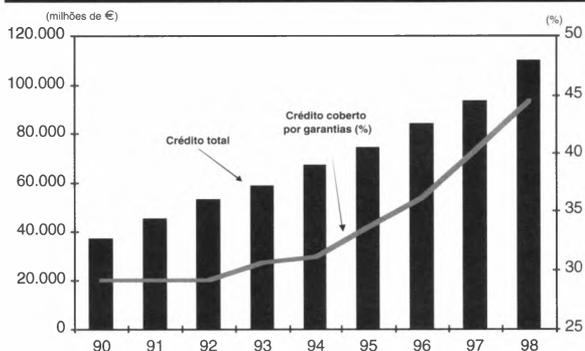


Gráfico 14 – Endividamento e serviço da dívida das famílias

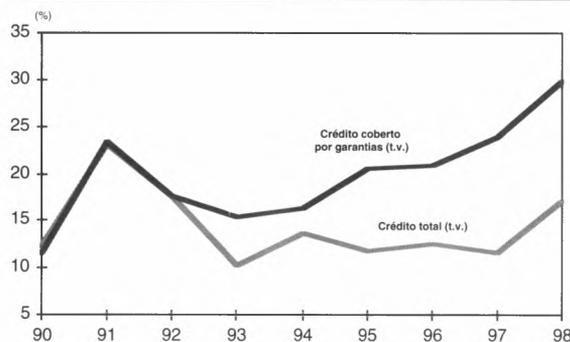


O crescimento expressivo do crédito à habitação — concedido com garantias hipotecárias que, em regra, representam pelo menos a totalidade do empréstimo — contribui para o aumento da proporção do crédito coberto por garantias: de 30% em 1990 para um valor estimado de 45% em 1998. O impacto favorável desta evolução na estrutura patrimonial dos bancos portugueses é ainda reforçado pelos níveis historicamente muito inferiores de incumprimento do crédito hipotecário face ao crédito a empresas e ao consumo, limitando as exigências de constituição de provisões específicas.

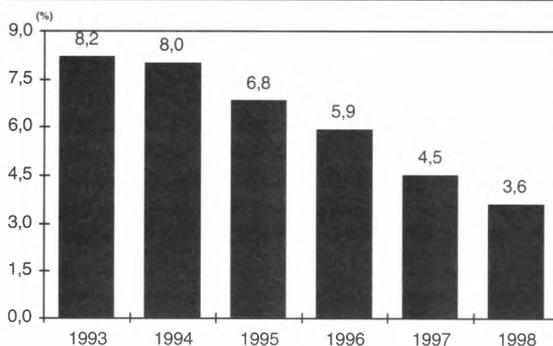
Gráfico 15 – Grau de cobertura do crédito por garantia



Como consequência da forte expansão do crédito à habitação, o crédito coberto por garantias tem apresentado consistentemente taxas de crescimento superiores à do crédito total, o que constitui uma tendência positiva na óptica da solidez patrimonial das instituições financeiras portuguesas.

**Gráfico 16 – Crédito total vs Crédito coberto por garantias**

Outro indicador inequívoco da melhoria da qualidade dos riscos da carteira de crédito das instituições bancárias é-nos dado pela evolução do rácio de crédito de cobrança duvidosa, que diminui de cerca de 18% no início dos anos 80 — sinónimo de um sistema bancário em situação de insolvibilidade — para 8% em 1993-94 e para 3,6% em 1998 — um valor que se compara favoravelmente com os níveis registados noutros países europeus.

Gráfico 17 – Crédito cobrança duvidosa vs Crédito a empresas e particulares

O maior dinamismo do crédito ao consumo e à habitação ao longo da última década permitiu contrariar o impacto desfavorável no volume de negócios da moderação do crescimento do crédito a empresas, originando uma alteração sensível da estrutura da carteira de crédito do sistema bancário português (o crédito a particulares passou a representar 40% do crédito total no final de 1998).

A alteração da estrutura da carteira de crédito traduziu-se na redução das necessidades de capitais próprios dos bancos, relativamente às exigências que decorreriam de uma carteira com a estrutura observada em 1990, estimada em cerca de 600 milhões de euros, dado que o «consumo» de fundos próprios pelo crédito à habitação é metade do capital necessário nas restantes operações de crédito.

A modificação da estrutura da carteira também se traduziu numa melhoria dos proveitos das operações activas, estimada em cerca de 317 milhões de Euros, dado que os *spreads* médios

Gráfico 18 – Evolução da estrutura do crédito a empresas e particulares

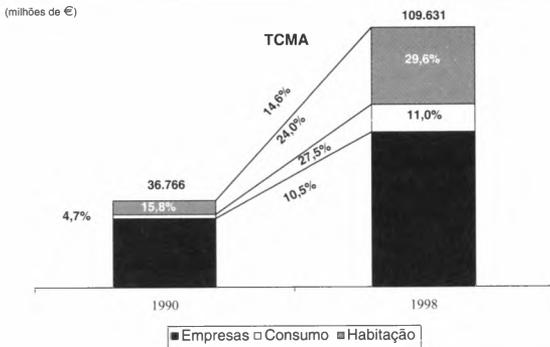
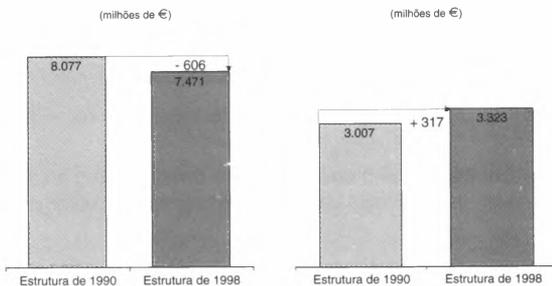


Gráfico 19 – Impacto da alteração da estrutura da carteira de crédito

Necessidades de capitais próprios em 31/12/98 Proveitos das operações activas



do crédito à habitação (3%) e ao consumo (6%), são superiores aos *spreads* no crédito a empresas.

Concluo, resumindo as ideias principais, sempre do ponto de vista do sector bancário:

- Apesar da expansão acentuada ao longo da última década, o grau de endividamento das famílias portuguesas ainda se situa aquém dos níveis registados nos países europeus com sistemas financeiros mais desenvolvidos.
- O crescimento expressivo do crédito a particulares terá resultado do impacto conjugado da desregulamentação e liberalização sectorial, da descida acentuada das taxas de juro e da melhoria da conjuntura económica.
- O aumento do crédito a particulares terá contribuído para uma melhoria expressiva do nível de bem-estar (aquisição de habitação própria, optimização inter-temporal de consumo) e da riqueza das famílias (valorização do património imobiliário, investimento em capital humano).
- O dinamismo do crédito a particulares poderá mesmo ter beneficiado a solvabilidade das famílias (equivalência entre o serviço da dívida dos empréstimos imobiliários e um sistema de poupança semi-voluntário), não se registando uma deteriorização da capacidade de serviço das dívidas.
- O crescimento do crédito pessoal implicou, para o sistema bancário, o aumento expressivo do volume de activos remunerados e alterações da estrutura da carteira de crédito com



repercussões na melhoria do grau de cobertura dos riscos por garantias reais, na diminuição das necessidades de capitais próprios e no aumento dos proveitos das operações activas.

2. As Opções para Portugal

Quais as opções para Portugal?

- 1º Estimular o crescimento do rendimento disponível das famílias.
- 2º Exercer a pedagogia correcta no sentido do exercício dos direitos de cidadania dos consumidores. Isso começa nas escolas, mas os organismos de defesa dos consumidores podem fazer muito. Se fizerem as coisas certas. Não é fiscalizar é ensinar a consumir, ensinar a investir e ensinar a poupar.
- 3º Combater formas de publicidade enganosa. Elas são escandalosamente evidentes e não faltam mecanismos legais para o fazer. Pode é haver distracção de quem devia estar atento.
- 4º Não temer o Consumo nem os mecanismos de mercado. Os portugueses têm, ainda, necessidades básicas para satisfazer. A habitação é uma delas. E quem compra casa precisa de móveis, roupas e electrodomésticos. Estamos longe dos nossos parceiros da Europa. A integração também passa pelos padrões de consumo e níveis de bem estar.
- 5º Não menosprezar a responsabilidade com que as famílias se endividam, nem a competência com que os decisores de crédito aprovam os financiamentos.
- 6º Recomendar o recurso ao seguro, como forma de defender o devedor e não combatê-lo com a alegação de que é mais um negócio para os bancos. E que encarece o custo do crédito...
Por mim, confesso-vos, quando alugo um carro exijo todos os seguros. É mais caro, mas fico mais descansado.
- 7º Finalmente, em caso de dificuldade, reconhecer que o diálogo entre o devedor e o credor é a forma mais adulta, mais rápida, mais económica e mais eficaz de solucionar os problemas.
E no mais,
- 8º Deixar os palpites e as sensibilidades. Confiar nas análises sérias e rigorosas.